

Militarização das escolas públicas no Espírito Santo

Militarization of public schools in Espírito Santo

Militarización de las escuelas públicas en el Espírito Santo

 IVAN CARDODO OLIOSE*

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória- ES, Brasil.

 EDNA CASTRO DE OLIVEIRA**

Universidade Federal Do Espírito Santo, Vitória- ES, Brasil.

RESUMO: Este artigo investiga o processo de militarização de escolas públicas no Espírito Santo – ES, visto que a literatura sobre a implementação das Escolas Cívico-Militares no estado é quase inexistente. Toma-se como fundamento o conceito de rigor em Paulo Freire, para refletir sobre a rigidez alinhada à militarização. Como um estudo exploratório, de caráter qualitativo, lança-se mão da revisão bibliográfica e da análise documental como opção metodológica. São analisadas fontes oriundas do jornal *Século Diário*, no período de 2019 a 2022, que pautam temas ligados à militarização no ES. Os recortes jornalísticos mostram as tensões e resistências que entidades, representantes políticos e coletivos de base têm enfrentado ao agirem contra a rigidez da militarização no estado. Porém, a ação desses movimentos é insuficiente para conter a militarização da sociedade e seus efeitos (aumento de militares na política, perseguições à cultura e educação e mudanças nos modos de punição).

Palavras-chave: Escolas cívico-militares. Espírito Santo. Militarização. Rigor. Sociedade.

ABSTRACT: This article investigates the process of militarization of public schools in Espírito Santo – ES once the literature on the

* Mestre em Educação. Integrante do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos da Universidade Federal do Espírito Santo. *E-mail:* <ivanoliouse@gmail.com>.

** Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal do Espírito Santo. *E-mail:* <oliveiraedna@yahoo.com.br>.

implementation of civic-military schools in the state is almost non-existent. The concept of rigor by Paulo Freire is used as a basis to reflect on the rigidity aligned with militarization. As this is an exploratory and qualitative study, a bibliographic review and document analysis are used as the methodological option. Sources from *Século Diário* newspaper, from 2019 to 2022, which guide themes related to militarization in ES are analyzed. The newspaper clippings show the tensions and resistance that entities, political representatives and social collectives faced when acting against the rigidity of militarization in the state. However, the action of these movements is insufficient to contain the militarization of society and its effects (the increase of military personnel in politics, persecution of culture and education and changes in the modes of punishment).

Keywords: Civic-military schools. Espírito Santo. Militarization. Rigor. Society.

RESUMEN: Este artículo investiga el proceso de militarización de las escuelas públicas en el Espírito Santo, ya que la literatura sobre la implementación de escuelas cívico-militares en el estado es casi inexistente. Se toma como fundamento el concepto de rigor en Paulo Freire, para reflexionar sobre la rigidez alineada con la militarización. Como estudio exploratorio, cualitativo, se utiliza como opción metodológica la revisión bibliográfica y el análisis documental. Se analizan fuentes del diario *Século Diário*, en el período de 2019 a 2022, que orientan temas relacionados con la militarización en ese departamento. Los recortes periodísticos muestran las tensiones y resistencias que han enfrentado entidades, representantes políticos y colectivos de base al actuar contra la rigidez de la militarización en el Espírito Santo. Sin embargo, la acción de estos movimientos es insuficiente para contener la militarización de la sociedad y sus efectos (aumento de militares en la política, persecución de la cultura y la educación y cambios en los modos de castigo).

Palabras-clave: Escuelas cívico-militares. Espírito Santo. Militarización. Rigor. Sociedad.

Introdução

Este artigo analisa o movimento de militarização de escolas públicas por meio do Programa de Escolas Cívico-Militares – Pecim (BRASIL, 2019) no Espírito Santo – ES, que tem ocorrido paralelamente ao crescimento da militarização e de seus efeitos em esferas político-sociais no território estadual. Trata-se de uma pesquisa exploratória, qualitativa, de cunho bibliográfico e documental. O material empírico sobre o tema tem nas publicações do jornal *Século Diário* – SD, periódico digital do ES com viés de esquerda, suas fontes pertinentes de análise. Esse periódico dialoga com o jornalismo etnográfico e produz reportagens críticas que destoam da produção jornalística das grandes empresas, em geral, comandadas pelas famílias mais abastadas do país.

Na bibliografia sobre o tema da militarização das escolas públicas há a indicação de que o movimento de militarização se iniciou antes de 2019, mas foi a partir desse ano que o programa tomou novo fôlego, alcançando outras proporções (SANTOS *et al*, 2019). Com isso, estudos educacionais sobre o tema têm encontrado espaço no meio científico, investigando a crescente onda militarista disseminada do Oiapoque ao Chuí, como denotam Adalberto Ribeiro e Patrícia Rubini (2019) num estudo sobre o Amapá.

Boa parte das pesquisas analisa a militarização em Goiás (BELLE, 2011; CRUZ, 2017; ALVES, TOSCHI & FERREIRA, 2018; LIMA, 2018), “estado onde há uma trajetória mais consistente de militarização escolar” (XIMENES, STUCHI & MOREIRA, 2019, p. 617), mesmo que levantamentos de dados sobre outros membros da federação ganhem espaço entre pesquisadores/as. Os temas mais estudados no espaço geográfico de Goiás envolvem a gestão compartilhada, a aprovação dos/das professores/as ao processo de militarização (RÊSES & PAULO, 2019; SANTOS, 2020) e a aceitação da comunidade escolar local, que “aprova, apoia, elogia, admira e gosta do modelo do regime militar ao qual a gestão submete a escola” (PAULO, 2019, p.103).

Tal apoio à militarização, explicam Zenilda Dias e Adalberto Ribeiro (2021), sustenta-se em 3 hipóteses: i) preocupação de pais/mães com a violência intraescolar; ii) o fracasso da escola pública propagado pela mídia de massa, através da ênfase em índices educacionais; iii) propostas políticas proselitistas, que aproveitam a falta de investimentos para (re)inaugurar modelos e ganhar mais apoiadores/as.

Ao analisar o movimento na Bahia, Eliana Brito e Marize Rezende concluem que “o modelo cívico-militar se inscreve no solo discursivo das sociedades de risco e tem na segurança social sua principal justificativa e eficiência política” (BRITO & REZENDE, 2019, p. 856). Esse viés de pensamento encontra suporte nas secretarias de educação, ainda que estejam politicamente regidas por representantes da esquerda, casos da Bahia e do Piauí. Nesse estado, tem ocorrido “o avanço de propostas de militarização, com o aval da Secretaria de Educação, a qual assegura o tratamento diferenciado a essa proposta, em detrimento das demais escolas da rede estadual de educação” (SOARES *et al*, 2019, p. 786). Nesse sentido, os/as militares assumem papel de protagonistas no seio escolar,

ocupando cargos de coordenação, chefia e direcionamento, através dos quais rigidez e tradições são imputadas, restringindo a liberdade de expressão e criando novas subjetividades comportamentais, como mostram Mariana Dallacqua e Aline Santos (2021) sobre o estado do Tocantins.

Em meio às pesquisas, há uma notícia favorável, demonstrada por Everton Souza (2021) num estudo realizado sobre o Paraná. O autor comprova, por meio de análise de comentários escritos por leitores de um *webjournal*, que a aceitação das Escolas Cívico-militares – Ecim não é consenso, muito embora grande parte da sociedade aprove o programa. Indivíduos da sociedade civil têm se unido a movimentos sociais, entidades estudantis, discentes e acadêmicos a fim de enfrentar a militarização, explicitando a inconstitucionalidade que envolve o Pecim.

Nesse aspecto, o artigo de Salomão Ximenes, Carolina Stuchi e Márcio Moreira (2019) apresenta uma série de violações do programa à Constituição Federal. No âmbito constitucional, a militarização fere o princípio da qualidade educacional, que depende da gestão democrática e do diálogo com a pluralidade de ideias, tais como arte, pensamento e saber. No campo administrativo, o programa se abre para novos modelos de contratação e coparticipação, reconfigurando o serviço público, na medida em que a Emenda Constitucional n. 101/2019 aplica o disposto no Art. 37, inciso XVI, que prevê o acúmulo de cargos por militares com “um cargo de professor, um cargo técnico ou científico, ou um cargo ou emprego privativo de profissionais de saúde” (XIMENES, STUCHI & MOREIRA, 2019, p. 622). No campo do direito, dentre outros aspectos, sobressai o ataque contra o direito à educação, visto que pode haver cobranças financeiras ao/à estudante, ferindo o princípio da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Thiago Paula, Oberleide Carvalho e Fernando Santos (2022), em um artigo sobre a militarização da escola pública no Rio Grande do Norte, acrescentam que o processo “é inerente às violações dos direitos humanos, já que é antidemocrático, enterra o direito à livre expressão, sufoca os sentimentos de afetividade e neutraliza a diversidade humana” (PAULA, CARVALHO & SANTOS, 2022, p. 6). A violação desses direitos envolve a abstenção de debates e temas importantes, assim como a educação sexual para o combate à violência, conforme explicitam Márcio Oliveira, Claudiney Cacau e Fernanda Melo (2021), ao analisarem o Projeto Político Pedagógico de uma escola militarizada no Amazonas.

Esses estudos mostram a necessidade de pesquisas sobre o processo de militarização em outros estados da federação, razão pela qual justificamos esta investigação sobre o ES. Ao analisarmos os dados coletados neste estudo, concordamos que os problemas relativos ao Pecim envolvem, conforme apontam Miriam Alves e Mirza Toschi (2019), um modelo que privilegia a disciplina, o controle, a interdependência entre a melhoria do desempenho escolar e as características dos/das estudantes; a conservação da moral heterônoma, que se constrói por meio de coações e relações unilaterais (GRIZOTES & FRICK, 2021); o convencimento e a conversão de estudantes à ideia de que toda a rigidez do militarismo

se constitui como parte de uma nova identidade, deslocada para um futuro no qual serão servidos/as, servindo (SILVA & STRIEDER, 2022); além da abrangência da conjuntura neoliberal e neoconservadora, que se materializa no programa (ESTORMOVSKI, 2020).

Com tais conclusões em mente, tentamos mostrar nas análises as movimentações de resistências ao programa, haja vista a lacuna sobre isso na literatura. Apesar da importância de expressar os retrocessos da militarização, assim como fazem muitos estudos, (LACÉ, SANTOS, & NOGUEIRA, 2019; MENDONÇA, 2019; REIS *et al*, 2022), entendemos que o lado das lutas, das tentativas e dos enfrentamentos também precisa ser evidenciado, não obstante ser insuficiente para conter o avanço das Ecim até o momento.

Para compor as análises, consideramos como *corpus* de pesquisa as reportagens publicadas no quadriênio 2019 a maio de 2022. A justificativa para essa delimitação explica-se pelo período de implantação do Pecim, que começou a ocorrer a partir de 2019 no ES. Além disso, a cobertura crítica, diversificada e o posicionamento nas publicações do jornal *Século Diário – SD*, usado como base de pesquisa e fonte para alguns/umas estudosos/as, (BARROS, 2015; SARMENTO & SOUZA, 2019; MARTINI, 2021), foram fatores preponderantes para os utilizarmos como fonte, visto que, por meio deles, identificamos caminhos, tensões e resistências ao processo de militarização da educação no ES.

Feitas essas observações introdutórias, o texto segue em direção ao referencial teórico-epistemológico, explorando o conceito de *rigor* em Paulo Freire (2000, 2006), frente à problemática da rigidez que atravessa a militarização. Na sequência, detalhamos a opção metodológica e os resultados. Nas considerações finais, apresentamos algumas indagações que emergiram durante o processo de pesquisa e permanecem abertas para futuras investigações.

Reflexões sobre o *rigor* em Paulo Freire: contraposições à proposta das Ecim

Como anunciado, temos em Paulo Freire (1981, 2000, 2001, 2006) e em Paulo Freire e Ira Shor (2000) a base epistemológica que fundamenta este estudo, lançando mão, em especial, do conceito de *rigor*, que nos permite problematizar a *rigidez* que, por seu turno, se alinha ao Pecim, sendo desejada e aceita, de forma ingênua, pela população defensora da militarização como solução para o ensino.

Em sua dissertação de mestrado sobre a parceria entre as corporações militares e a rede pública de ensino, Edson Sena (2021) conclui que as escolas militarizadas emergem do discurso do controle sobre a violência nos locais de vulnerabilidade social e se fortalecem, entre responsáveis pelos/as estudantes, à medida que prometem garantir a defesa dos valores morais do passado, a disciplina e a rigidez. À vista dessas expectativas, percebemos que rigidez se confunde, erroneamente, com rigor. Por conta dessa má compreensão, torna-se necessário explorar epistemologicamente o rigor confundido com a rigidez do autoritarismo.

O sentido de rigor, sob a ótica da pedagogia libertadora:

vive com a liberdade, precisa de liberdade. Não posso entender como é possível ser rigoroso sem ser criativo. Para mim é muito difícil ser criativo se não existe liberdade. Sem liberdade, só repito o que me é dito. Penso que temos que compreender que a questão do rigor na educação libertadora não nos é colocada provocadoramente, no mau sentido da palavra [...]. A abordagem dialógica é muito séria, muito exigente, muito rigorosa, e implica numa busca permanente de rigor (FREIRE & SHOR, 2000, p. 98).

O rigor, nessa pedagogia, é metodológico (FREIRE, 2006) e, portanto, carece de liberdade. Uma liberdade que, diferente da licenciosidade, se faz horizontalmente, com os/as estudantes. Isso significa que a competência técnico-científica e o rigor, do qual o/a professor/a não deve abrir mão no desenvolvimento do seu trabalho, numa relação horizontal, não são incompatíveis com a amorosidade necessária às relações educativas. Segundo Freire & Shor (2000):

Não podemos deixar os estudantes entregues a si mesmos por estar tentando ser um educador libertador. *Laissez-faire*. Não podemos cair no *laissez-faire*. [...] Temos que ser radicalmente democráticos, responsáveis e diretivos. Não diretivo dos estudantes, mas diretivo do processo no qual os estudantes estão comigo (FREIRE & SHOR, 2000, p. 61).

Essas reflexões nos remetem a Antonio Gramsci, autor com quem Freire dialoga. No *Caderno 12*, conforme Giovanni Semeraro (2021), Gramsci recomenda “cuidar da disciplina educativa e ‘criativa’, não para formar indivíduos autoritários, mecânicos e titânicos, mas como processo sabiamente utilizado para forjar personalidades conscientes, livres e socialmente responsáveis” (GRAMSCI apud SEMERARO, p. 160). Nesse sentido, os dois autores se encontram na defesa de uma educação como prática da liberdade que destoa do espontaneísmo, da irresponsabilidade e se relaciona ao fazer científico, que exige um esforço para superar uma compreensão ingênua do mundo, sobrepondo o pensamento crítico a tudo que observamos na realidade, a partir de concepções do senso comum (FREIRE & SHOR, 2000).

Para Freire, a apreensão do senso comum frente à “constatação crítica e rigorosa dos fatos nos aguça ou desafia no sentido da possibilidade de intervir no mundo” (FREIRE, 2000, p. 42). Para o professor progressista, a promoção dessa criticidade é a chave mestra do processo pedagógico. Mas na visão dos/das detentores/as do poder, desenvolver tal criticidade colocaria o sistema que os/as favorece em risco (FREIRE & SHOR, 2000). Frente à elaboração das macropolíticas educativas, alguns/umas detentores/as do poder defendem políticas autoritárias, imbricadas na rigidez, totalmente destoantes do rigor que se busca exercitar na pedagogia libertadora.

Essa rigidez (problematizada à luz do rigor em Freire), ganha espaço e defensores/as à medida que é disseminada como rigor, mas nada tem a ver com ele – pois a rigidez que se traduz em práticas autoritárias e antidemocráticas silencia os/as estudantes e cala os/

as docentes, dando a impressão de 'ordem' e 'decência'. Por meio da cultura do silêncio e por intermédio de um currículo oficial, a rigidez se reproduz em uma política vertical e uma pedagogia bancária, que visa somente aos testes e deposita conteúdos sem promover reflexão. No contraponto, a educação popular defendida por Freire "trabalha, incansavelmente, a boa qualidade de ensino e se esforça em intensificar os índices de aprovação através de rigoroso trabalho docente, e não com frouxidão assistencialista" (FREIRE, 2001, p. 49). Isso a difere completamente dos testes das avaliações de larga escala (LIMA & PETERLE, 2021), que buscam índices educacionais elevados, embora nos entremeios do processo educativo, os problemas estejam longe de ser resolvidos.

Em vista disso, o problema central é que a rigidez pedagógica das provas e dos índices se entranha no sistema educacional, de modo que os resultados dessas avaliações são determinantes para as autoridades decidirem como, em quê e quanto dinheiro será investido (FREIRE & SHOR, 2000). São opções que se vinculam à falsa concepção de rigor, como "um modelo autoritário de educação que se ajusta bem ao controle de cima para baixo" (FREIRE & SHOR, 2000, p. 99).

Nesse sentido, a rigidez da pedagogia tradicional, alimentada pelos índices avaliativos e caracterizada pela verticalidade das decisões, é subjacente à cultura do negócio, pois estabelece uma relação direta de custo-benefício com o mercado. Esse modelo defende que "uma certa quantidade de informação, transferida a um certo número de alunos, num dado período de tempo, equivale, em geral, a dinheiro da escola bem gasto, e a salário de professores bem ganhos" (FREIRE & SHOR, 2000, p. 99).

A rigidez do mercado fortalece o mérito como política, tornando a meritocracia uma política pública (SANDEL, 2020). Desse modo, "uma pessoa pode progredir o quanto quiser se trabalhar suficientemente duro; e se fracassa a culpa é sua" (FREIRE & SHOR, 2000, p. 104). Em decorrência, o sistema meritocrático tende a criar vencedores/as e fracassados/as e, por meio dele, o Estado e os princípios neoliberais se fundem e se relacionam simbioticamente. Essa relação interdependente amplia a lógica de vencedores/as e fracassados/as, pois o Estado passa a fundamentar suas políticas em duas formas de rigidez: a lógica da concorrência e a do mercado (FERREIRA & ELLEN, 2020). O Estado promove concorrência quando propõe políticas desiguais que favorecem uns/umas e desconsideram outros/as no interior de um mesmo sistema público de educação. Sendo assim, concentrar investimentos em algumas escolas do sistema, enquanto grande parte das demais recebe o básico dos investimentos para manter um funcionamento precarizado é uma forma rígida e mercadológica que privilegia um grupo, enquanto outros permanecem desprovidos de suportes pedagógicos, abandonados em relação às necessidades básicas para se educar com qualidade.

Esses investimentos desnivelados na educação tendem a aprofundar as desigualdades e a criar novas formas de concorrência na sociedade (ROBERTSON & DALE, 2013). A ideia de uns/umas merecerem, e outros/as não, incentiva novas formas de mercado, que tendem a desencadear novas categorias de divisão social, mais complexas e mais voltadas

à competição, o que nos leva a caracterizar essa forma de política educacional como uma prática de rigidez. Essa prática rígida, neoliberal e mercadológica se fortalece na educação atual por meio da implantação de escolas repressivas e por meio de políticas ditas ‘flexíveis’. Isso porque algumas políticas revestem-se com o falso discurso da flexibilidade.

Numa digressão, vale considerar que a flexibilidade como princípio oriundo da ecologia (CAPRA, 1999, p.222) difere da flexibilidade frequentemente vista nas políticas atuais. Ela integra o sistema complexo da vida dos seres vivos e se faz necessária para seu equilíbrio sempre que “a teia da vida [como] uma rede flexível e flutuante” é ameaçada. A flexibilidade sugere, assim, um caminho para a “resolução de conflitos”, aplicando-se também às comunidades humanas. “A falta de flexibilidade se manifesta como tensão. Em particular, [essa tensão pode induzir] uma rigidez intensificada em todo o sistema. A tensão temporária é um aspecto essencial da vida, mas a tensão prolongada é nociva e destrutiva” (CAPRA, 1999, p. 222).

Assim, compreendidas e disseminadas de forma equivocada, as políticas que se propõem a flexibilizar tempo e espaço ao/à estudante, em geral o fazem verticalmente, com comunicados e decretos que descartam o diálogo. O resultado dessa flexibilidade falsa – que, na verdade, se aproxima da rigidez – é intensificado nas redes com o fechamento de escolas, a propagação do ensino a distância, a redução de carga horária docente e a reformulação de currículos, com a justificativa de tornar a educação ‘mais flexível’. No contexto do modo de produção capitalista, tais propostas ditas flexíveis devem ser vistas e revistas criticamente, pois delas escapa o sentido mais amplo que conjuga o rigor e a verdadeira flexibilidade propostos pela pedagogia libertadora.

A educação flexível, sempre aberta às mudanças, se fundamenta no respeito aos saberes, ao tempo e à condição dos/das educandos/as, conforme reafirma Freire (2006). Embora ele não tenha se ocupado do conceito de flexibilidade, inferimos sua oposição à ‘flexibilidade’ das políticas públicas neoliberais de educação, pautadas na rigidez. Por isso, ao perguntarmos para quem, a favor de quem e contra quem a rigidez se impõe, a resposta nos é dada pela bibliografia explorada neste estudo, ou seja, ela está em favor de quem tem o poder político de decisão.

Com isso em mente, explicitamos a opção metodológica tomada por esta pesquisa.

Sobre a opção metodológica

O percurso desta pesquisa, de cunho bibliográfico e documental, envolveu momentos distintos e simultâneos de aproximação com o objeto. Para tal, buscamos trabalhos relacionados à temática da militarização da escola pública no *Google Acadêmico*, usando os descritores ‘militarização’ e ‘escola pública’. Dos achados, foram selecionados 34 artigos e cinco dissertações. A leitura desse material teve o propósito de identificar o foco e

as conclusões das pesquisas, além de averiguar a abrangência dos estudos. O aprofundamento das leituras apontou, além dos retrocessos desencadeados pelo Pecim, os entes federativos que as pesquisas abrangem e a necessidade de investigar a militarização das escolas no ES, em razão da insipiência de estudos sobre o tema no estado.

Outra questão observada na literatura é o pouco destaque dado aos movimentos contrários à militarização, o que nos levou a optar por considerar documentos com viés político crítico à militarização e que, ao mesmo tempo, descrevessem a atuação dos movimentos de resistência. Assim, tratamos as reportagens do *Século Diário* como documentos, cujos textos mesclam fontes primárias (falas das pessoas à frente dos movimentos de oposição) e secundárias (visão analítica de quem averigua a militarização).

Com a finalidade de selecionar os textos do *Século Diário*, usamos, no buscador do periódico, os descritores 'militarização' e 'escola cívico-militar'. Para apurar os resultados, foi necessária a leitura de todas as matérias encontradas, selecionando as mais pertinentes para este trabalho e eliminando as que aqui não caberiam. O caráter qualitativo da busca compreendeu, portanto, uma análise documental, evitando, na coleta dos materiais, uma acumulação iludida e mecânica (LAVILLE & DIONNE, 1999).

À medida que analisamos os documentos, elaboramos a percepção do fenômeno que nos permitiu atentar para as especificidades dos materiais selecionados. Nesse sentido, 16 reportagens foram selecionadas e organizadas em dois grupos: um com reportagens ligadas ao Pecim e outro com matérias abordando o avanço da militarização na política e na sociedade capixaba. A análise dos textos exigiu o diálogo com a fundamentação teórica já explorada, o que nos levou a nos debruçarmos sobre a análise dos referidos materiais e seus resultados.

A militarização das escolas no ES: tensões entre o rigor e a rigidez

Os textos encontrados no *Século Diário*, em diálogo com a literatura sobre a militarização em outros estados brasileiros, indicam que alguns retrocessos se repetem no processo de implementação do Pecim no ES, como ameaças à gestão democrática (PINHEIRO & GUIMARÃES, 2018), regime diferenciado (FERREIRA, 2018) e uma política com tendência a processos de exclusão (SANTOS, 2016). Contudo, não há escola militarizada no estado que cobre emolumentos aos/às responsáveis, conforme aponta Erasto Mendonça (2019).

No ES, o Pecim tem avançado, de modo que, até o momento, destacam-se as seguintes escolas:

Quadro 1: Relação das Ecim no ES

ECIM	ANO DE IMPLEMENTAÇÃO	MUNICÍPIO
Domingos Martins	2020	Montanha
João N. Alves Pereira	2020	Viana
Prof ^a Divaneta L. de Moraes.	2021	
Prof. Cerqueira Lima	2021	Cariacica
Coronel PM Orlady Rocha Filho	2021	
João Neves Pereira	2022	Sooretama*
Ainda sem nome	2022	São Gabriel da Palha*
Maria da G. Nunes Nemer	2022	Marataízes*

Fonte: MEC, Prefeitura Municipal de Viana, 2021; 2022. Elaborado pelos/as autores/as, 2022.

* Em implementação.

Após a realização deste estudo, mais uma Ecim foi inaugurada no município de Cariacica

Conforme o *corpus* analisado, as Ecim no ES estão na esfera municipal, tendo sido a primeira delas inaugurada em 2020. Importa explicitar que os municípios que aderiram ao Pecim contam com diferentes Forças em sua administração, como Polícia Militar e Forças Armadas. A cobertura crítica, opositora e de resistência ao programa tem ganhado voz por meio do SD, e a leitura atenta às minúcias do material produzido por esse periódico nos guiou ao seguinte quadro, considerando a mensagem – expressa no título de cada texto – e o eixo discursivo de cada reportagem:

Quadro 2: Mensagem e eixo discursivo nas reportagens sobre a militarização da escola pública

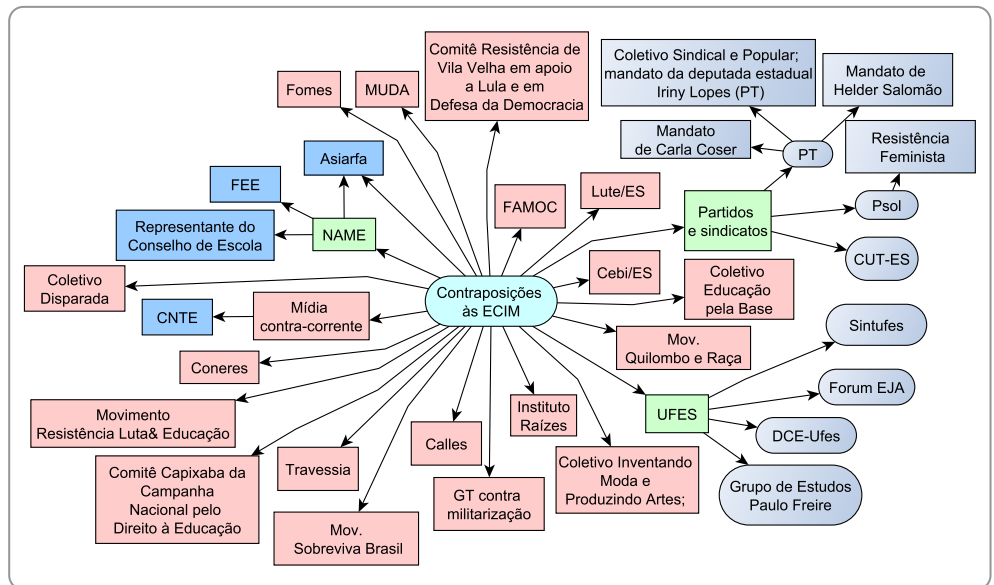
MENSAGEM	EIXO DISCURSIVO
1- Movimento se articula contra a militarização de escolas no Espírito Santo	Mobilização pelo direito à educação
2 - Escolas cívico-militares na Grande Vitória preocupam profissionais da educação	Combate aos ataques contra a educação pública e as mudanças na lei
3 - Militarização de escolas públicas vende mentiras para iludir a população	Críticas ao autoritarismo e denúncias contra a política das fake News
4 - Trabalhadores em educação do Brasil repudiam militarização de escola em Montanha	Críticas ao autoritarismo, reação dos educadores à investida da militarização
5 - Não à Escola Cívico-Militar! é tema de audiência pública na Assembleia	Importância do diálogo entre os representantes políticos e a base
6- Psol: militarização de escola em Montanha é afronta à Constituição Federal	Direito à educação

MENSAGEM	EIXO DISCURSIVO
7 - Educadores condenam emenda à Constituição que permite ao policial ser professor	Direito administrativo; combate às mudanças que favorecem servidores da segurança pública
8 - Militarismo na educação: MEC pretende implantar 108 escolas cívico-militares	A militarização longe de ser solução para o fracasso escolar
9 - Sindiupes recorrerá ao MP e à Câmara contra militarização de escola em Montanha	O silenciamento/ posicionamento dos sindicatos

Fonte: *Jornal Século Diário*. Elaborado pelos/as autores/as, 2022.

A organização do *corpus* resultou nesses nove artigos, do total de 16 matérias encontradas. As nove reportagens enfatizam a existência de coletivos, entidades e movimentos que vão de encontro à ascensão da rigidez educacional no ES, implementada através das Ecim, conforme mostra a figura abaixo:

Figura 1: Os movimentos de resistência à Ecim no ES



Fonte: *Jornal Século Diário*. Elaborada pelos/as autores/as, 2022.

Segundo o *Século Diário*, algumas dessas instituições empenharam-se em produção de notas de repúdio, reuniões virtuais ao vivo, divulgação das ações na mídia, convocação de grupos, contato com líderes comunitários/as, com vereadores/as e autoridades, a fim de aglutinar suas forças aos movimentos de resistência. Dentre elas, destacamos o

movimento Não à Militarização na Escola – NaME, o Fórum Educação de Jovens e Adultos – EJA/ES, o coletivo Resistência Luta & Educação e o Conselho Municipal de Vitória – COMEV.

As reportagens 1, 3 e 5 mostram a atuação do NaME. O coletivo atuou fortemente em oposição às Ecim através de participação em reuniões virtuais, produção de notas de repúdio, promoção de informações à sociedade e de entrevistas publicadas no *Século Diário*. O movimento aponta a falta de habilitação dos/das militares em gerir escolas além do ambiente rígido e autoritário que o programa pretende, desde sua imposição ao funcionamento.

Um exemplo disso foi a ocorrência das consultas públicas para a implementação das Ecim. Tais consultas deram-se a favor dos/das que comandam a política nos municípios em que a militarização tem sido implantada. Essa consulta prévia sobre as Ecim nos permite inferir o quanto o programa se fundamenta na rigidez, pois em sua implementação, sobrepõem-se a verticalidade dos comunicados e a ausência de diálogos:

“Não há consulta pública, há desinformação [...] a consulta pública teria que ser feita com base em algo que é legal, constitucional. [...] não há debate nem esclarecimento verdadeiro sobre a diferença entre escola militar e militarização de escola pública. [...] Tanto em Cariacica quanto em Vitória, colocaram um formulário do Google que foi divulgado só para alunos e familiares de sexto ao nono ano e não divulgaram quantas pessoas responderam” (Professora representante do NaME. *Século Diário*, 2021).

A desinformação ocupando o lugar da informação, assim como a ilegalidade do processo e a ausência de debates exemplificam formas de sobreposição da rigidez política de governos assumidamente autoritários (FREIRE & SHOR, 2000). Essa rigidez, na ocorrência da pandemia, encontrou poderes públicos governados por força de decretos e ações autoritárias, que tendem a permanecer após o controle sanitário da Covid-19 (CARA & SANTOS, 2020).

O que a representante assinala sobre a transmissão para decidir a implementação de uma Ecim na região metropolitana – Cariacica – também confirma o robustecimento do autoritarismo nesse município, como mostra a reportagem 2. A votação que aprovou a implantação dessa escola foi decidida após a transmissão de uma *live* pelo *YouTube*, com o *chat* fechado e nenhum diálogo com a comunidade escolar, apenas informações verticalizadas. Para a escolha, exigiu-se que os/as votantes preenchessem um formulário, sem a necessidade de informar os respectivos Cadastros de Pessoas Físicas – CPF, o que infere a falta de rigor, imprescindível para uma votação legítima e fidedigna.

Os/As professores/as designados/as para atuar nessa escola participaram de um processo seletivo interno entre servidores/as efetivos/as que, ao decidirem ir para a escola, perderam sua localização fixa de trabalho, podendo ser remanejados/as a qualquer tempo, caso não cumpram os requisitos previstos. Além dos postos de trabalho nessa Ecim não terem sido disponibilizados no concurso de remoção, a escola recebeu docentes terceirizados/as. Nesse sentido, o Estado, segue uma falsa flexibilidade, semelhante à que o

mundo globalizado impõe. Em outras palavras, promove-se uma rigidez a favor de quem comanda, visto que a política cria novos modos de competição e depreciação entre os/as servidores/as, reafirmando o que dizem Elisa Ferreira e Sue Ellen (2020).

Em consequência dessa imposição rígida e autoritária da Ecim na grande Vitória, membros do Fórum EJA, em conjunto com outros/as representantes e militantes do magistério, iniciaram uma série de encontros virtuais para traçar caminhos frente à militarização. O novo grupo enfrentou problemas, como invasão de *lives*, o silenciamento dos membros do Conselho Municipal de Cariacica – COMEC, a não colaboração do Sindicato dos Professores – SINDIUPES (que, diferentemente do que mostra a reportagem 9, não manifestou apoio ao grupo), além da pandemia, que impossibilitou diversas articulações presenciais, exatamente no momento em que o Pecim se fortalecia no estado.

Na reportagem 2, *Escolas cívico-militares na Grande Vitória preocupam profissionais da educação*, observa-se que os movimentos de resistência pautam a necessidade de um rigor pedagógico, dependente do diálogo, para se desenvolver na educação. A exemplo disso, o movimento Resistência & Luta Educação argumentou: *“Autoridade pedagógica é a relação entre professor e aluno de forma dialógica, com respeito mútuo, ‘liberdade, e não libertinagem’. Já o autoritarismo leva a uma relação na qual os alunos apenas obedecem às ordens do professor”* (Membro do coletivo Resistência & Luta Educação. *Século Diário*, 2020).

A fala do movimento corrobora a crítica do Conselho Municipal de Vitória, que se antecipou em reuniões, temendo que o programa se instalasse na capital:

“Como na região metropolitana já tem algumas iniciativas, estamos antecedendo a discussão no conselho, mas nossa posição é bem clara, é a garantia da gestão democrática em todos os espaços do sistema de ensino de Vitória” (Presidente do COMEV. *Século Diário*, 2021).

Para a presidente do Conselho, o trágico das Ecim está na metodologia, *“tradicional, em uma relação em que quem impera é o professor, enxergando o aluno como alguém que não sabe nada, com aprendizado pela repetição e vigilância”* (Presidente do COMEV. *Século Diário*, 2021), ao revés dos princípios do rigor metodológico (FREIRE & SHOR, 2000; FREIRE, 2006).

Em suma, a luta dos movimentos de resistência é contra um programa que, desde a sua gênese, se impõe com autoritarismo, fechando as portas para a reflexão, desconsiderando as diferenças e o caráter pluralista da sociedade. O programa fortalece a concepção de diálogo como um risco, pois dialogar significaria abrir caminho para a colisão entre defensores/as e críticos/as, o que poderia provocar as pessoas a pensarem de outra forma, ou pelo menos, abalaria as convicções e visões, impregnadas de opiniões formadas a partir de notícias falsas e inconsistentes (FREIRE & SHOR, 2000).

A luta também é contra reformas desiguais, que tendem a excluir as populações mais vulneráveis, conforme afirma a nota de repúdio produzida pelo NaME contra a militarização, que envolve

“outros problemas, promovendo seletividade, constrangimento e, não menos grave, a exclusão da - EJA [Educação de Jovens e Adultos] e dos estudantes com necessidades especiais, sobretudo - chegando mesmo à expulsão de estudantes questionadores de um jeito ou de outro da ‘ordem normal’ imposta ou daqueles que ficam abaixo dos índices e notas/metabolismos das avaliações” (Representante do NaME. Século Diário, 2021).

O depoimento acima concorda com Dias e Ribeiro, quando afirmam que “o Manual das ECIM se volta para o Ensino Fundamental (do 6º ao 9º ano) e o Ensino Médio (1º ao 3º ano) nos turnos matutino e vespertino, deixando, portanto, de lado o turno da noite e a Educação de Jovens e Adultos – EJA” (DIAS & RIBEIRO, 2021, p. 411).

Podemos dizer que a situação da EJA no ES caminha em dinâmica decrescente. A modalidade tem sofrido alterações em nome da falsa flexibilidade, de forma que a EJA a distância tem ganhado espaço nas políticas impostas. Além dos quatro Centros de Educação de Jovens e Adultos – CEEJAS existentes no estado, foram criados em 2017 sete Núcleos de Educação de Jovens e Adultos – NEEJAS, que se ampliaram para 13 em 2022 (ESPÍRITO SANTO, 2022). A ampliação dessa oferta, por meio dos NEEJAS, é algo que vem sendo problematizado.

Considerando a tendência de desmonte da EJA no ES e as informações do *corpus* analisado sobre as Ecim neste estudo, fica evidente o caráter contraditório do programa de militarização. É contraditório, pois promete implementar o modelo em locais socioeconomicamente vulneráveis, ao mesmo tempo em que há uma exclusão profunda das pessoas em condições de vulnerabilidade. As mudanças na EJA vêm com o argumento da ‘flexibilização da oferta’, mas representam uma rigidez contra os/as mais prejudicados/as socioeconomicamente. A militarização nem sequer contabiliza essa população.

Numa análise maior e ainda mais rigorosa no sentido freireano, as reportagens analisadas mostram que a falta de diálogo tende a naturalizar políticas impositivas e agressivas, com vistas à ascensão das Ecim no ES. Isso acontece em paralelo à expansão da militarização em outras esferas sociais. Não obstante o movimento paralelo de manifestações contrárias, profissionais da segurança pública têm ocupado mais cargos políticos. A ocupação de cargos eletivos pela segurança pública reflete uma sociedade que, paulatinamente, assume o ideal da militarização como uma máxima da política pública.

A rigidez da militarização para além da política educacional no ES

Além dos textos analisados até aqui, outros textos mostraram alguns dos efeitos imediatos da militarização no ES, como a tentativa de recriação do partido que apoiou o golpe civil-militar de 1964, a União Democrática Nacional – UDN; a ‘caça’ às minorias; os programas políticos dos/das candidatos/as eleitos/as como prefeitos/as, o avanço de profissionais da segurança pública na casa legislativa; o poder das *fake news* na construção

da informação para usuários/as de redes sociais; o endurecimento dos métodos punitivos; e o fortalecimento do militarismo no estado. Esses efeitos, de acordo com o que foi encontrado nas reportagens do *Século Diário*, estampam a expansão da rigidez, que se impõe para além da política educacional.

O *corpus* com reportagens cuja temática aborda a militarização para além do ambiente escolar foi ordenado conforme mensagem e eixo discursivo no quadro abaixo, sendo as reportagens discutidas nos parágrafos subsequentes.

Quadro 3: Reportagens que retratam a rigidez da militarização para outras esferas sociais

MENSAGEM	EIXO DISCURSIVO
10 - Partido que participou do golpe militar de 1964 é refundado por capixaba	Militarização da política no ES
11 - 'No Centro, a gente faz cultura sozinho', critica dona do tradicional bar da Zilda Vereador foi ao bairro com a PM e a Guarda Municipal, apontando 'caça a baderneiros' e que 'parecia a entrada do inferno'	Militarização da política; ataques às minorias, intolerância do diferente; fortalecimento e entrelaçamentos entre política e segurança pública
12 - Pompeo e a cidade manipulada: a condução da sociedade pelas redes sociais expõe uma face cada vez mais autoritária do capitalismo	Militarização da política e da sociedade; política através fake News
13 - Majeski é o mais votado, mas Assembleia tem onda militarista	Militarização da política no ES
14 - Segurança e autoritarismo Programas de segurança pública de candidatos a prefeito de Vitória repetem velhas formas autoritárias	Militarização da política
15 - Cerca, muro ou muralha. Militarismo vai pesar na balança em 2022, afirmam cientistas políticos	Militarização da política no ES
16 - Militarização: as denúncias de métodos punitivos e tortura na Unis de Cariacica	Atenção às mudanças na lei, sinais de endurecimento das punições

Fonte: Jornal *Século Diário*. Elaborado pelos/as autores/as, 2022.

A 'nova UDN', planejada desde 2016 por um capixaba que já assumiu cargos de chefia em governos anteriores no ES, ainda não foi homologada, mas seus/suas apoiadores/as se estendem para outros estados da federação. Tal apoio dentro e fora do ES indica que há uma massa significativa da população sendo ludibriada com relação aos tempos de ditadura, ou seja, falta a criticidade política, que deveria ter sido desenvolvida na escola; há falhas no processo educativo da escola regular, uma vez que há uma população que,

mesmo escolarizada, permanece politicamente analfabeta, alheia à percepção de suas próprias condições de vida e das possibilidades de mudança (FREIRE, 1981).

Esse conhecimento ingênuo, por seu turno, reafirma o quão primordial é defender a pedagogia libertadora, na qual o rigor epistemológico seja efetivado principalmente durante o momento presente da história no país. Esse apontamento se deve ao fato de essa pedagogia enfatizar primordialmente o desenvolvimento das relações democráticas na escola e na sociedade. Portanto, essa deveria ser uma preocupação fundamental da escola e uma ferramenta usada constantemente pelos/as professores/as para combater tendências autoritárias de poder (FREIRE & SHOR, 2000, p. 147).

A ‘caça aos baderneiros’ no centro da cidade, tema da reportagem 11, foi promovida por um vereador militante de governos intolerantes. O ato nos confirma a rigidez da extrema direita em relação a cultura e educação. Essa ‘caça’ ocorreu porque o centro da cidade oferece opções culturais que se contrapõem à política da rigidez. E tudo o que escapa da prática rígida, da ordem e da moralidade, das relações unilaterais e se aproxima do diálogo, da potencialização da diversidade do pensamento e das expressões, corre o risco de ser suprimido por programas de governos autoritários, conforme apontam Bianca Grizotes Loriane Frick (2021).

Essa atuação policial nos leva a refletir sobre a importância da diretividade da educação e sobre o fato de a educação não dar conta, por si só, de transformar o mundo. A educação é sempre diretiva (FREIRE & SHOR, 2000), mas isso não é suficiente para tornar estudantes em cidadãos/ãs aptos/as a realizar as transformações radicais necessárias na sociedade, uma vez que os conteúdos ensinados na escola devem estar entrelaçados com a vida e as mudanças sociais, submetidas às indagações a favor de quem ou contra quem. Nesse sentido, o nível de escolarização dos/das policiais e o fato de o vereador em questão ser policial federal não garantem transformações dignas e significativas para a população, pois a aquisição de conhecimentos se relaciona a outros esforços para a transformação. Nesse sentido, há pessoas que explicam o sucesso de uma aprovação em cargo público por esforços meritocráticos, considerando que alcançar metas tem maior crédito do que uma educação que se organiza em prol da consciência social de classes (FREIRE & SHOR, 2000).

As três reportagens seguintes – 12, 13 e 14 – abordam o processo eleitoral pela via das redes sociais e a militarização das casas parlamentares, nos permitindo inferir que ambas agem como interfaces da rigidez socio-autoritária. As inverdades produzidas e reproduzidas nas redes sociais trazem à tona diversos segmentos que apoiam a militarização, se destacando entre esses os religiosos fundamentalistas, que pavimentam suas ideologias confundindo conceitos através da tríade religião, política e ciência. A perspectiva religiosa fundamentalista renuncia à sociedade plural, considera algumas decisões do Estado constitucional como profanas e tende a questionar a autoridade científica. Uma vez que essa tríade irrompe nos campos de batalha da esfera pública, o resultado tende a ser o apoio à militarização, desencadeando a eleição de representantes que levantam

a bandeira do conservadorismo, na esperança de uma sociedade na qual sobressaiam a moral e os bons costumes.

Também nessas reportagens do *Século Diário*, o texto número 15 (quadro 3) alerta para o perigo da rigidez militarista se prolongar no país. Sobre esse assunto, o texto traz a referência de Anaís Passos, Octávio Neto e Maria Hermínia Tavares (2018) aos fatores que favorecem esse risco: o anticomunismo ensinado nas escolas militares e os/as políticos/as que, em geral, não mostram interesse em romper com militares. Nessa lógica, acelerar a implementação das Ecim nos diversos estados da federação, incluindo o ES, tem o propósito de trazer os/as militares para o lugar onde só os/as educadores/as antes atuavam: a escola pública regular. Logo, aumenta-se a chance de esses/as militares – que, em geral, aprenderam o discurso anticomunista ao passar pelas academias das Forças Armadas e da segurança – reproduzirem posicionamentos pouco dialógicos na educação pública.

Por fim, a análise da reportagem 16 evidenciou que essa reprodução discursiva se configura como um projeto político para o ES, através da tendência à política de acirramento da punição e da retomada da tortura contra adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. A maior rigidez contra o/a adolescente autor/a de ato infracional é uma temática polêmica, que não cabe discutir aqui. Porém, ela esconde o perigo de essa fórmula violenta de governar os corpos se espalhar para outras esferas da sociedade e torná-las dóceis, no sentido foucaultiano do conceito, já que o endurecimento do castigo e da violência tem chegado paulatinamente e, com frequência, recai sobre a parcela da população mais vulnerável, enquanto protege quem os promove.

Considerações finais

Ao começarmos este estudo revisitando a bibliografia sobre a militarização de escolas identificamos dois pontos em destaque: o foco das produções nos retrocessos da militarização e a inexistência de estudos sobre a implementação das Ecim no ES. Sabemos que é necessário estudar e alertar sobre os retrocessos da militarização, no entanto, identificamos lacunas no conjunto das investigações que explorem os movimentos de resistência ao programa.

Analisando o tema da militarização das escolas públicas no ES nas reportagens publicadas no jornal *Século Diário* também notamos a ascensão da militarização político-social no estado. Isso traz, inevitavelmente, a curiosidade de saber se esse movimento paralelo acontece, de modo semelhante, em outros estados. Em que proporção a militarização da escola pública e o autoritarismo das políticas se entrelaçam em outros locais do país? Quais têm sido as dinâmicas da resistência em meio à pandemia, ou em meio aos impactos que ela tem causado? Quais meios são possíveis para o fortalecimento da resistência, em vista de uma sociedade que insiste em eleger representantes autoritários/as?

Em relação ao ES, diferentemente de outros estados, por que os municípios assumiram o programa? Como as Ecim têm impactado de fato os índices educacionais? A implementação dessas escolas está tendo efeitos benéficos na redução da violência, já que Cariacica, o município contemplado com duas dessas escolas recebeu a Força Nacional em 2019, por ocupar uma posição elevada em relação aos números de casos violentos?

Por fim, é necessário entender por que a resistência não tem conseguido impedir a implementação das Ecim no ES, e que outras formas, além das mencionadas neste texto, podem ser usadas para tratar do tema da rigidez das Ecim. Essas são indagações que permanecem abertas e exigem investigações mais profundas.

Recebido em: 29/10/2022; Aprovado em: 17/03/2023.

Referências

- ALVES, Miriam Fábila; TOSCHI, Mirza Seabra & FERREIRA, Neusa Souza Rêgo. Os colégios militares em Goiás: processo de expansão e diferenciação da rede estadual. *Retratos da Escola*, Brasília, v.12, n.23, p.271-287, jul./out. 2018.
- ALVES, Miriam Fábila & TOSCHI & Mirza Seabra. A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil. *RBPAE* - v. 35, n. 3, p. 633 - 647, set./dez. 2019.
- BARROS, Júlia L. de. O jornalismo político d'O Século e do Diário de Notícias. *Comunicação Pública*, v.10, n.17, 2015.
- BELLE, Helena Beatriz de Moura. *Escola de civismo e cidadania: ethos do Colégio Beta da Polícia Militar de Goiás*. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2011.
- BRASIL. *Decreto n. 10.004, de 5 de setembro de 2019*. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/fed/decret/2019/decreto-10004-5-setembro-2019>>. Acesso em 21 fev. 2023.
- BRITO, Eliana Póvoas Pereira Eestrela. & REZENDE, Marize Pinho. Disciplinando a vida, a começar pela escola: a militarização das escolas públicas do estado da Bahia. *RBPAE* - v. 35, n. 3, p. 844 - 863, set./dez. 2019.
- CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Trad. Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 1999.
- CARA, Daniel & SANTOS, Catarina de Almeida. *Jornalistas Livres*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VmKeQZCAz7A>>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- CRUZ, Leandra Augusta de Carvalho Moura. *Militarização das escolas públicas em Goiás – disciplina ou medo?* Dissertação (Mestrado em História) - PUC-Goiás. Goiânia, 2017.
- DALLACQUA, Mariana F. & SANTOS Aline Sueli de Souza. Gestão escolar militarizada: uma análise jurídico-administrativa do caso do Tocantins. *Revista Signos*, Lajeado, ano 42, n. 1, 2021.

- DIAS, Zenilda R. & RIBEIRO, Adalberto C. Escolas cívicos militares: conservadorismo e retrocesso na educação brasileira. *Revista Teias*, v. 22, n. especial, out./dez. 2021.
- ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado de Educação. Relação CEEJAS/NEEJAS - SEDU, 2022.
- ESTORMOVSKI, Renata Cecília. O programa nacional de escolas cívico-militares como materialização do (neo) conservadorismo na educação pública brasileira. *Árkesis*, v. 9, n. 2, p. 275-291, 2020.
- FERREIRA, Eliza B. & ELLEN, Sue. Atual política neoliberal de militarização de escolas no Brasil. *Revista Temas em Educação*, v. 29, n.3, p. 302-320, set./dez., 2020.
- FERREIRA, Neusa Sousa do Rêgo. “*Gestão militar*” da escola pública em Goiás: um estudo de caso da implementação de um Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás em Aparecida de Goiânia. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade Educação da Universidade Federal de Goiás, 2018.
- FREIRE, Paulo & SHOR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- FREIRE, Paulo. *Política e Educação: ensaios*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- GRIZOTES, Bianca de Moraes Canestraro. & FRICK, Loriane Trombini. Escolas cívico-militares e o desenvolvimento da moralidade. *Schème*. v.13, n. 2 – ago-dez, 2021.
- LACÉ, Andréia Mello, SANTOS, Catarina de Almeida. & NOGUEIRA Danielle Xabregas Pamplona. Entre a escola e o quartel: a negação do direito à educação. *RBPAAE* - v. 35, n. 3, p. 648 - 666, set./dez. 2019.
- LAVILLE, Christian & DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LIMA, Marcelo & PETERLE, Tatiana Gomes dos Santos. Mercantilização da educação: do gerencialismo ao empresariamento da oferta escolar. *Educação*. Santa Maria, v. 46, p 1-22, 2021.
- LIMA, Maria Eliene. *A educação para a cidadania e a militarização para a educação*. Dissertação (Mestrado em Educação) - PUC-Goiás. Goiânia, 2018.
- MARTINI, Evandro de. Coexistência e limites do crescimento no litoral norte do Espírito Santo. *Revista ClimaCom*, v. 8, n. 20, 2021.
- MENDONÇA, Erasto Fortes. Escolas cívico-militares: cidadãos ou soldadinhos de chumbo? *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 27, p. 621-636, set./dez. 2019.
- OLIVEIRA, Márcio de; CACAU, Claudiney Lofiego & MELO, Fernanda Machado. Políticas públicas educacionais: o projeto político pedagógico e a violência sexual contra a criança e o/a adolescente em uma escola militarizada de Manaus/AM. *Debates em Educação*. Maceió, v. 13, n. 32, 2021.
- PASSOS, Anaís; NETO, Octavio Amorim. & TAVARES., Maria Hermínia de. Cebrap - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=mJKeiYKc9w8>>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- PAULA., Thiago do Nascimento Torres de; CARVALHO, Oberleide Soares de & SANTOS, Fernando Antônio S. dos. Entre lousa, farda, giz e coturno: a militarização do espaço escolar brasileiro - um debate público no Rio Grande do Norte. *Vigilantis Semper*, Revista Científica de Segurança Pública (RCSP). Natal: PMRN, v. 2, n. 2, p. 6 – 22 fev./jun. 2022.

PAULO, Wesley Garcia de. *Militarização do ensino no estado de Goiás: implementação de um modelo de gestão escolar*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Políticas Públicas e Gestão de Educação da UNB. Brasília, 2019.

PINHEIRO, Veralúcia & GUIMARÃES, Ged. A educação na sociedade da mercadoria: a questão dos Colégios Militares e as Organizações Sociais em Goiás. *Perspectivas em Diálogo – Educação e Sociedade*. v. 5, n. 9, p. 253-268, jan.- jun. 2018.

REIS, Lívia Cristina Ribeiro dos *et al.* Militarização de Escolas Públicas e o Governo Bolsonaro. *Tecnia*, v.4, n.2, 2019.

RÊSES, Erlando da Silva & PAULO, Wesley Garcia de. A posição de docentes da educação básica acerca da militarização de escolas públicas em Goiás. *RBPAAE* - v. 35, n. 3, p. 580 - 591, set./dez. 2019

RIBEIRO, Adalberto Carvalho. & RUBINI, Patrícia Silva. Do Oiapoque ao Chuí - As escolas civis militarizadas: a experiência no extremo norte do Brasil e o neoconservadorismo da sociedade brasileira. *RBPAAE* - v. 35, n. 3, p. 745 - 765, set./dez. 2019.

ROBERTSON, Susan L. & DALE, Roger. The social justice implications of privatisation in education governance frameworks: a relational account. *Oxford Review of Education*, v.39, n. 4, p. 426-445, 2013.

SANDEL, Michael. *A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SANTOS, Rafael José da Cunha. *A militarização da escola pública em Goiás*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2016.

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira. *Militarização das escolas públicas no Brasil: expansão, significados e tendências*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2020.

SANTOS, Catarina Almeida *et al.* Militarização das escolas públicas no Brasil: um debate necessário. *RBPAAE* - v. 35, n. 3, p. 580 - 591, mai./ago. 2019.

SARMENTO, Priscila Bueker. & SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. O jornalismo popular alternativo do Século Diário: contra-hegemonia na imprensa capixaba online. *Revista Alterjor*, v.19, p. 237-250, 2019.

SEMERARO, Giovanni. *Intelectuais, educação e escola: um estudo do caderno 12 de Antônio Gramsci*. Trad. do caderno 12: Maria Margarida Machado. 1 ed., São Paulo: Expressão Popular, 2021.

SENA, Edson Cleidilson de Oliveira. *Escolas militarizadas no Maranhão: um estudo sobre as parcerias entre corporações militares e redes públicas de ensino*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2021.

SILVA, Andrerika Vieira Lima & STRIEDER, Roque. Escolas Cívico-Militares: constituição/rendição de subjetividades em prol de obediência e servidão. *Roteiro*, v. 47, jan./dez. 2022.

SOARES, Marina Gleika Felipe *et. al.* Escola militar para quem? O processo de militarização das escolas na rede estadual de ensino do Piauí. *RBPAAE* - v. 35, n. 3, p. 786 - 805, set./dez. 2019.

SOUZA, Everton de. Representações sociais sobre a implantação dos colégios cívico-militares no Paraná. *Revista Cocar*. v.15, n. 32, p.1-16, 2021.

XIMENES, Salomão Barros; STUCHI, Carolina Gabas & MOREIRA, Márcio Alan Menezes. A militarização das escolas públicas sob os enfoques de três direitos: constitucional, educacional e administrativo. *RBPAAE* - v. 35, n. 3, p. 612 - 632, set./dez. 2019.